

Oficina de Historia/ C.E.A.

NOTAS PRELIMINARES PARA O PROJECTO/:

"Antologia de textos de "O Africano" e "O Brado Africano"
(1911- 1932)

- Valdemir Zamparoni

- Paule Soares

Maputo, 1982.

CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DO PROJETO

"A Literatura Moçambicana surge como expressão mais alta da
(1)
"cultura aculturada" no nosso país, ela nasce como forma de recriação, protesto, reivindicação e, finalmente, conscientização, naquele segmento da sociedade moçambicana cuja inserção na economia colonial conferiu acesso à escolarização."

(...)

"Historicamente, é primeiro nos jornais que se denuncia o racismo vigente, as injustiças sociais; que se faz a defesa dos direitos dos "indígenas"; que se fazem reivindicações operárias e se animam ações grevistas.

E' através dos jornais que a emergente burguesia local contesta as relações económicas de desfavor que a metrópole lhe impõe e, por esta via, aparecem incorporados na Literatura Moçambicana, ~~xxxxxx~~, os portugueses liberais residentes, componentes importantes."

Luis Bernardo Honwana - Literatura e Ideologia, palestra apresentada à U.E.M. in TEMPO, nº 580, 22/11/81, pp. 54-60.

(L). conceito utilizado com relutância explícita pelo autor:

"Mas por toda a legítima relutância que possamos ter, como expediente de análise, tomemos de empréstimo este conceito. E façamos/ ginástica necessária para aceitar esta característica estranha de a "aculturação" não se poder considerar às avessas porque, então, ~~xxxxxxxxxxxx~~ passa a chamar-se / "cafrealização". Vamos admitir, portanto, que em Moçambique coexistem uma "cultura tradicional" e uma "cultura aculturada".

9
2

A reinvindicação da ascendência da Literatura Moçambicana no período final da monarquia portuguesa; a ignorância que hoje persiste acerca deste período da nossa história, objectivamente provocada pelo obscurantismo cultural colonial fascista, visando alienar a consciência histórica do povo moçambicano, por si só justifica que nos debrucemos sobre os jornais o "O Africano" (1911-19) e "O Brado Africano" (1918-32) visando uma antologia de textos que atinja o maior público possível.

Para tanto, procuramos selecionar editoriais, crónicas e cartas de leitores, publicadas ao longo de décadas, e ~~exixam~~ com uma expressão literária mais elaborada e atraente. Sem dúvida que os textos denotam visões parcelares da realidade moçambicana, na medida em que são frutos de interesses de classes ou segmentos destas, diversamente integrados na economia colonial.

2. Organização da Antologia

A Antologia será organizada da seguinte forma:

- a) Introdução:- onde se apresentam as características do trabalho, se faz uma breve resenha objetivando localizar histórica, política, económica, social e culturalmente a época, o papel desempenhado pelos jornais em estudo, nesta mesma sociedade.
- b) Antologia Temática:- o critério inicial para a seleção preliminar dos textos baseou-se (i) na própria organização temática apresentada pelos jornais, (ii) na diversidade de perspectivas que pudessem reflectir diferentes interesses sociais e (iii) de forma a mostrarem diversos aspectos da realidade moçambicana de então.

Até o momento agrupamos os textos nos seguintes itens:

- Ocupação e administração colonial;
- Atividades comerciais;
- Impostos, taxas e trabalho forçado;
- o mineiro "magaiça";
- Relações raciais.

Posteriormente, com o avanço do trabalho, estes itens poderão ser alterados bem como ser-lhes dada à sequência uma articulação mais solida.

c) Notas e Glossario:- As notas terão como finalidade situar individualmente cada uma das situações, factos, acontecimentos ou personagens mencionados nos textos.

O Glossario impõe-se quer porque uma série de palavras entraram em desuso, quer por terem mudado de significado, quer ainda por aparecerem amiúde expressões em Ronga, em Latim, em Inglês ou mesmo em corruptela do português ou seus vocabulos menos conhecidos.

d) Apresentação gráfica:- As gravuras, fotos, desenhos e mapas eventualmente utilizados, não terão como finalidade simplesmente ilustrar, mas sim complementar as situações abordadas nos textos.

Serão selecionados entre material existente no Arquivo Histórico, Museus e outras fontes, bem como se contará com a participação de artistas plásticos moçambicanos.

3. Programa de trabalho

Fevereiro/Agosto : - leitura e selecção preliminar de textos;
 Maio : - Apresentação do projecto preliminar para discussão à Oficina de História do C.E.A. e à Associação dos Escritores;
 Agosto/Outubro: - Selecção final, elaboração de Introdução, Notas, Glossário e arranjo gráfico.
 Novembro: - apresentação à crítica final; Of. de História e A.M.E.
 Dezembro/Janeiro: - Revisão final e entrega para publicação.

4. Levantamento de questões e hipóteses sobre a caracterização histórica da época e dos jornais.

a) Referencial histórico:

O Estado Colonial que se implantava em Moçambique nos alvares do século, tentava organizar o seu poder político no Sul do Save, depois das vitórias alcançadas após 1895 com a prisão do Gungunhana, enquanto que no Norte a ocupação militar encontrava uma forte resistência liderada pelos senhores escravistas do litoral, cuja prevalente também em zonas de tradicional resistência à ação dos saqueadores de escravos (Mueda, Erati, etc.).

No Niassa procurava-se canalizar a sua até então prevalente função de exportador de escravos para o litoral em exportador de trabalhadores para as minas (1908).

No Centro, as Companhias de Moçambique e da Zambézia instalavam as suas infraestruturas (caminhos de ferro, estradas, pontes, etc.) e iniciavam novas formas de exploração rural; grandes plantações, imposto, trabalho forçado. Em algumas re-

gios do Vale do Zambeze, a aristocracia descendente dos antigos prazeiros, aceitando compulsivamente a abolição do tráfico de escravos, mantém o poder em suas mãos de forma autónoma, reproduzindo as antigas relações de dominação, contra os interesses do Estado colonial, antagonismo que se eclodira de forma definitiva em 1917 com o predominio do Estado Colonial.

A ocupação do Sul de Moçambique, compelida pelos interesses britânicos na África do Sul, de obtenção de serviços ferroportuários e de trabalhadores para as minas do Rand, leva à mudança da capital do poder colonial, da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, passando esta antiga feitoria a desfrutar de um grande desenvolvimento urbano, muito dependente também dos serviços a prestar a emigrantes da colônia ou estrangeiros que circulam para as minas de puro.

A função do Estado recém instalado era garantir o funcionamento das infraestruturas de serviços e de fornecimento de força de trabalho para as minas. A sua ação prática restringia-se a um poder efetivo, pouco além do Save. Suas receitas provinham das operações fiscais e alfandegárias, do acordo sobre exportação de mão de obra e das várias modalidades de impostos que procuravam atrair para os cofres públicos os rendimentos obtidos pelos mineiros na África do Sul.

Economia mais próxima da de saque, que caracteriza o anterior regime colonial, era apoiado pelos canteiros desejosos mais em extorquir dinheiro de forma direta que em negociar e aproveitam a força e apoio do poder de Estado Colonial para enriquecer-se através da venda, quase única, do "vinho colonial".

Em Lourenço Marques, o comércio grossista era controlado fundamentalmente por capitais de origem sul africana, sendo x

rares os investimentos de erigem indiana e portuguesa, enquanto
e cantinas
que o retalhista/era quase monopólio destes.

Sendo a cidade principalmente prestadora de serviços, na sua maioria estatais e representações comerciais ligadas à navegação e comércio externo, absorvia um grande conjunto heterogêneo de pequenos funcionários, operários e trabalhadores urbanos das mais diversas origens.

O desenvolvimento urbano, a ampliação do seu mercado consumidor, a especulação comercial, a extração de mais-valia nas atividades agrícolas, criam as bases de acumulação interna para que se desenvolva um sector da burguesia colonial que progressivamente empreende ações ligadas ao comércio exportador e importador e paulatinamente investe seus capitais em indústrias de transformação e de substituição de importações, que para além de suprirem o mercado interno, exportam, nalguns setores, excedentes para o Transvaal (sabão, óleos, etc.).

b) Características socio-profissionais de Lourenço Marques

A leitura dos jornais indica-nos a existência das seguintes categorias socio-profissionais em Lourenço Marques:-

- Aparelho de Estado:

- Altos funcionários em "comissões" (civis e militares)

- pequenos funcionários europeus e "filhos da terra"

- militares subalternos europeus

- operários europeus

- militares indígenas.

- trabalhadores indígenas contratados ou forçados

- Serviços, Comércio, Indústria e Agricultura:

- Gerentes e diretores ingleses/sul africanos

- Advogados

- Proprietarios grossistas e industriais
- Proprietaries agricolas
- Cantineiros
- operarios europeus/ sul africanos
- comerciantes ambulantes e de bazar
- funcionarios administrativos e balconistas
- mineiros em transito para ou do Transvaal
- trabalhadores indigenas assalariados e forçados.

c) Quem escreve e quem le o "O Africano"

O crescimento do operariado e do funcionalismo urbano, e o desenvolvimento no seu seio de ideais republicanos e, anarco-sindicalista e socialistas importados da Europa atraves de proprios colonos, muitas vezes deportados por motivos politicos, para a colonia, aliado à exploração capitalista, em moldes modernos, sem as anteriores relações paternalistas, que se desenvolvia aceleradamente, criam um clima de descontentamento e de luta reinvindicativa, que para além de porem em causa relações capitalistas, questionavam certas práticas coloniais.

O ascenso do movimento republicano que em 1910 derruba a monarquia portuguesa, trixe à tona os seus ideais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" que foram tomados como objetivos a serem concretizados pela "missão civilizadora" do novo Estado colonial, agora republicano, não só por pequenos funcionários e operários de origem europeia, bem como pelos "filhos da terra", que, nascidos em Moçambique, eram racicamente pretos, mulatos e brancos, que de formas diferentes se aximavam e reagiam diante das discriminações a que eram sujeitos pela sua origem.

O "O Africano" surge neste contexto de transição do Antigo Regime para a República, como veículo da luta reinvindicativa

destes estratos sociais, que poderemos considerar como sendo o embrião de uma emergente pequena burguesia local.

A propriedade, direção e fundação do "O Africano" está ligada à família Albasini, que à semelhança de outras surgidas ao longo do processo de ocupação colonial mercantil, se destacam de forma proeminente na colônia.

Os irmãos Albasini, dirigentes do jornal, eram netos de um antigo comerciante e caçador profissional que fora nomeado vice-consul português no Transvaal e seu pai casara-se com uma princesa do Maxaquene, dentro de uma prática de alianças de poderes típica do período da exploração colonial mercantil.

A sua ascendência abre-lhes caminho para a escolarização e mais tarde, quando do crescimento urbano de Lourenço Marques, / para cargos médios no Aparelho de Estado. João Albasini (Diretor) era encarregado dos trabalhadores indígenas dos Caminhos de Ferro, seu irmão José (Editor), era despachante comercial.

O jornal "O Africano", para além de Editoriais, notas da redação, noticiário internacional, continha crónicas e artigos de autores diversos; Pequenos funcionários de Lourenço Marques e Província, operários, comerciantes e altos funcionários do Aparelho de Estado. Recebia ainda cartas de leitores de quase todas as categorias socio-profissionais atras indicadas, que constituíram a sua base de leitores, contendo ainda, durante o maior período de sua existência, uma secção em Ronga, que para além de notas da redação, cartas e artigos de colaboradores e correspondentes principalmente entre professores indígenas das missões, mineiros, pequenos funcionários e vendedores ambulantes e do bazar, indígenas.

Diante de tão ampla gama de colaboradores, embora predominando a orientação da emergente pequena burguesia local; legalista, idealista e humanitária, representada pelos dirigentes do jornal,

manifestam-se também interesses específicos, mas não antagónicos, de operários, proprietários agrícolas, a ascendentes burguesia local e de funcionários administrativos, tornando assim "O Africano", no "maior" jornal de maior circulação na Província de Moçambique". Sua distribuição atingia os centros urbanos de toda a Província, alcançava também a comunidade mineira moçambicana na África do Sul, além de ter representantes em Lisboa e inicialmente nos Estados Unidos.

Este caráter aglutinador de vários interesses de classes locais, persiste até fins de 1918, quando o jornal deixa de pertencer aos irmãos Albasini.

d) A Trajetória de "O Africano":-

O jornal "O Africano" surge em julho de 1909 e deixa de ser publicado "por dificuldades financeiras" no 13º número, voltando a aparecer em julho de 1911. De quinzenal, passa rapidamente a semanal e bi-setanal.

Podemos situar a trajetória do primeiro período de "O Africano", ~~entre 1909 e 1911~~ como estando localizada entre dois momentos de profunda crise do poder político colonial. Nasce quando o regime monárquico português, abalo pelo ascenso republicano, não conseguia assegurar eficientemente o seu poder administrativo colonial. É o momento em que os "filhos da terra", confiantes nos valores do novo regime republicano, ascendem no plano da luta política, arrastando consigo e integrando-se através de "O Africano, distintos setores da sociedade.

A sua identificação, "apartidária", com o republicanismo, leva-os à críticas das práticas coloniais de discriminação racial, injustiças sociais, ausência de direitos de cidadania, impunidade e excessos ilegais da administração colonial, mas nunca à contestação ao sistema colonial enquanto tal.

A mudança de proprietários, no final da I Guerra Mundial, coincide mais uma vez com a acentuada crise iniciada com a Guerra, que agudiza as contradições não só da sociedade portuguesa como Mangambicana, bem como as próprias relações Metrópole/colônia, enfraquecendo o poder daquela nesta e aumentando as possibilidades depredatório do capital britânico/sul africano, colocando em risco não só a integridade territorial da Província, como, e principalmente, os designios da burguesia colonial local.

O novo proprietário, Padre José Vicente do Sacramento, / ex-diretor das Escolas Portuguesas para Índigenas no Rand e ex-redactor de "O Africano", embora reivindicando inicialmente a herança do período anterior, depressa recrjeta o periódico, colocando-o à disposição dos interesses desta burguesia local, ao mesmo tempo, os irmãos Albasini, fundam um novo jornal, agora explicitamente de caráter associativista, ligado ao Gremio Africano, ■ "O Brado Africano".

As reivindicações que caracterizam este último e curto período de "O Africano", são de nova forma e conteúdo. As denúncias estão voltadas principalmente às "grandes questões que afetam a vida da Província"; denunciam os acordos de fornecimento de Força de trabalho à África do Sul, que prejudica os interesses do capitalismo local, critica a inoperância da administração colonial no que diz respeito ao desenvolvimento das infra-estruturas comerciais e industriais, aproveitando contido parte do discurso humanista anterior, de promoção cultural dos indígenas e operários, embora se mostrasse claramente contra aumento de salários, ~~xxxxxx~~ greves e "agitacões".